

**Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP**

Cascavel, 07 de maio de 2023.

**Referência:** Processo nº 001518/2022

Pregão Eletrônico 0088/2023 – UNIOESTE/HUOP

**Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando à aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.**

**Ementa:** Análise de pedido de recurso em face da classificação da empresa Imex Medical Comercio e Locação Ltda

**I - DOS FATOS**

Trata-se de pedido de recurso enviado pela empresa **Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda.**, CNPJ. nº 07.075.504/0001-10, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando à aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.

A empresa:

**“AO (À) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
– UNIOESTE**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023**

**PROCESSO Nº 001518/2022**

**Objeto da licitação:** Item 4 – 75005 – Aparelho para Densitometria Óssea por Raios – X

**GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA (“GEHC”)**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.029.372/0002-21, sediada na Rua Vereador Joaquim Costa, nº 1405, Galpão 07 – Campina Verde Contagem - MG – CEP 32.150-240 Brasil, não concordando com a decisão proferida por este Ilustre Pregoeiro/Comissão de Licitação, vem, tempestivamente, oferecer o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da classificação da licitante **IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCAÇÃO LTDA.** com CNPJ

12.255.403/0001-60 (“**Recorrida**”), em relação ao Item 4 do Edital (Aparelho de Densitometria Óssea por Raios- X ), visto que esta empresa não atende a requisitos específicos do Edital e do Termo de Referência ferindo os Princípios que regem as licitações, pelas razões de fato e direito que passa a expor.

### **I - DOS FATOS**

1. Nos termos do objeto e da licitação acima referidos, o Edital menciona claramente em seu Anexo – Termo de Referência quais as especificações técnicas a serem atendidas pelos equipamentos das licitantes. Sendo assim, é possível verificar que a empresa Recorrida foi declarada como classificada de forma indevida, conforme se demonstrará abaixo.

2. Vale ressaltar que o Edital e seus Anexos constituem lei interna da licitação e, por isso, vinculam aos seus termos tanto a Administração ou Órgão licitante como os particulares licitantes.

3. Nestes termos, a GEHC solicita a análise do mérito da presente peça de maneira a desclassificar a Recorrida, visto que a decisão proferida pelo(a) Ilustre Pregoeiro(a) e Comissão de Licitação desatende aos princípios que regem as licitações.

### **II – DAS RAZÕES RECURSAIS**

1 . A RECORRIDA APRESENTOU MODELO DE APARELHO PARA DENSITOMETRIA ÓSSEA POR RAIOS X QUE NÃO ATENDE AOS REQUISITOS DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, QUAL SEJA O MODELO MODELO ELIPSE HD , CONFORME O QUESITO ABAIXO :

2. INICIALMENTE SE VERIFICA QUE O EDITAL SOLICITA “DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM O SOFTWARE TBS (TRABECULAR BONE SCORE), NÃO SERÁ CONSIDERADO RECURSO SIMILAR.DEVERÁ CONTER TODOS OS ACESSÓRIOS QUE PERMITAM O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO ITEM ”. NÃO FOI EVIDENCIADO NOS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELA RECORRIDA QUE O EQUIPAMENTO ATENDA AO SOFTWARE TBS.

POIS BEM, COM ESSA SOLICITAÇÃO TEMOS NÍTIDO AO NÃO ATENDIMENTO DO MODELO ELIPSE HD OFERECIDO PELA RECORRIDA, EMPRESA IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA.

DIANTE DISSO , MOSTRAMOS ATRAVÉS DO ARTIGO CIENTÍFICO, ESTUDO CLÍNICO REALIZADO NOS PACIENTES E DIVULGADO NA RENOMADA **REVISTA FRONTIER** ,COM VISIBILIDADE PARA CLASSE MÉDICA E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO LINK : ([HTTPS://WWW.FRONTIERSIN.ORG/ARTICLES/10.339/FEND O.2022.1069224/FULL](https://www.frontiersin.org/articles/10.339/fend.o.2022.1069224/full) ); RECONHECIDA INTERNACIONALMENTE PELOS CASES MÉDICOS, QUE, A “TECNOLOGIA 3D-DXA NÃO É CAPAZ DE IDENTIFICAR ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ÓSSEA NA POPULAÇÃO

EM GERAL, E PRINCIPALMENTE NOS PACIENTES PORTADORES DE DIABETES MELLITUS TIPO 2” .

ALÉM DO EXPOSTO, A RECORRIDA NÃO TEM REFERÊNCIAS MÉDICAS DE QUE É UM SOFTWARE COMPATÍVEL, TAMPOUCO NÃO TEM O SUPORTE CLÍNICO NECESSÁRIOS PARA OS DIAGNÓSTICOS.

CONTRIBUINDO QUE O SOFTWARE 3D-DXA NÃO ATENDE AO CERTAME, O DESACORDO DA NECESSIDADE CLÍNICA AVALIATIVA É CLARO NO MERCADO DE QUE NÃO EXISTE UM RECURSO EXATAMENTE SIMILAR AO TRABECULAR BONE SCORE (TBS), NO QUE SE DIZ RESPEITO À AVALIAÇÃO DA DENSIDADE MINERAL ÓSSEA.

3. Em decorrência do supracitado, resta evidente que o Aparelho de Densitometria Óssea cotado pela Recorrida, em relação ao Item 4 do Edital não atende as solicitações dispostas no Termo de Referência do Edital e, portanto, solicita-se a sua desclassificação.

### **III – DO DIREITO**

1. De forma a complementar toda matéria e alegações expostas acima, ainda é sabido que o Instrumento Convocatório deve atender aos princípios da Administração Pública e do Procedimento Licitatório, respeitando a legislação pertinente. Desta forma, o Instrumento Convocatório dita as regras e condições nas quais o processo licitatório será realizado, bem como define as exigências da Administração Pública ou Órgão licitante. Ao definir os termos do Instrumento Convocatório (Edital) e dos respectivos Anexos Técnicos, a Adm. Pública define quais as suas necessidades e quais procedimentos e regras devem ser observadas pelos licitantes que desejam participar.

2. Isto posto, entende-se que o Instrumento Convocatório foi elaborado definindo as regras e procedimentos específicos, os quais se encontram disponibilizados de forma taxativa no Instrumento Convocatório e Anexos, não oferecendo oportunidade para desvios ou ainda subjetivismos acerca das exigências.

3. Desta forma, o julgamento e demais procedimentos que compõe o Procedimento Licitatório, devem obrigatoriamente respeitar ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

4. Entende Hely Lopes Meirelles que o Instrumento Convocatório é a lei interna da licitação e "vincula inteiramente a Administração e os proponentes<sup>1</sup>".

1 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 283.

2 PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

5. Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>2</sup>:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “**a Administração não pode descumprir as normas e condições do Instrumento Convocatório, ao qual se acha estritamente vinculada**”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do Instrumento Convocatório. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (Instrumento Convocatório ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no Instrumento Convocatório ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; **ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação**, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do Instrumento Convocatório poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.” (grifos nossos)

6. Cabe citar a jurisprudência pátria do 2º Turma do Supremo Tribunal de Justiça, conforme abaixo se verifica:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. VAGAS RESERVADAS PARA CANDIDATOS NEGROS. AUTODECLARAÇÃO. ÚNICA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EDITALÍCIA DOS MÉTODOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO QUE VIRIAM A SER UTILIZADOS POSTERIORMENTE PELA COMISSÃO AVALIADORA. INOVAÇÃO DESCABIDA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGÍTIMA CONFIANÇA. FALTA DE AMPARO LEGAL. VIOLAÇÃO DO **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**. 1. Em se cuidando de disputa de cargos públicos reservados pelo critério da cota racial, ainda que válida a utilização de parâmetros outros que não a tão só autodeclaração do candidato, há de se garantir, no correspondente processo seletivo, a observância dos **princípios da vinculação ao edital**, da legítima confiança do administrado e da segurança jurídica. 2. O **princípio da vinculação ao instrumento convocatório** impõe o respeito às regras previamente estipuladas, as quais não podem ser modificadas com o certame já em andamento. [...] 5. À conta dessa conduta, restou afrontado pela Administração, dentre outros, o **princípio da**

**vinculação ao instrumento convocatório.** Precedente desta Corte em caso assemelhado: AgRg no RMS 47.960/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 31/05/2017.”

(RMS 59369/ MA - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2018/0302772-2) (Com negrito nosso)

7. E da mesma forma o seguinte entendimento:

EMEN: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. DOCUMENTO DECLARADO SEM AUTENTICAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO. PRECEDENTES. 1. Esta Corte Superior possui entendimento de que **não pode a administração pública descumprir as normas legais**, em estrita observância ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, previsto no art. 41 da Lei n. 8.666/1993. Todavia, o Poder Judiciário pode interpretar as cláusulas necessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar da concorrência possíveis proponentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (Com grifos e negrito nossos)

(STJ, Agravo Interno, acórdão 2016.02.17174-7, Relator OG Fernandes, DJE 09/08/2017)

8. Vale ainda, ressaltar o dispositivo legal encontrado na Lei 8.666/93:

“Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

9. Por tais motivos, fica claro que este Órgão deve desclassificar a Recorrida, uma vez que o Equipamento ofertado não atende a todos os requisitos exigidos pelo Edital.

#### **IV– DO PEDIDO**

10. Em face dos argumentos ora apresentados, enfatizando a obrigatoriedade de atendimento aos princípios administrativos basilares de toda e qualquer licitação, e ainda, com base na demonstração inequívoca do não atendimento a requisitos técnicos por parte da Recorrida, requer a GEHC a aceitação do presente recurso, bem como a desclassificação da Recorrida, como correta medida de direito.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 24 de abril de 2023.

**GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS  
PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES  
LTDA.”**

Informo que a empresa Imex Medical Comércio e Locação Ltda apresentou contrarrazões, conforme segue:

“A ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA ANDRESSA FOLCHINI E COMISSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023

PROCESSO Nº 001518/2022

OBJETO: 2.1 - A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando a aquisição de equipamentos médicos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constante no Anexo I, e nos termos deste edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

A IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.255.403/0001-60, representada neste ato pelo seu representante legal, a seguir denominada simplesmente de CONTRARRAZOANTE, vem através desta, tempestivamente, na forma da legislação vigente, ofertar:

#### CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Apresentado pela empresa GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA(“GEHC”), já qualificada no presente certame, a seguir denominada apenas de CONTRARRAZOADA, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

#### I – DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme determina o item 13.1 do Edital e artigo 4º XVIII da Lei nº 10.520/2002, o prazo para apresentar contrarrazões ao recurso é de 03 (três) dias úteis, o qual terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do CONTRARRAZOANTE.

O prazo de razões da CONTRARRAZOANTE iniciou-se em 26/04/2023, de modo que o término do prazo se dará em 28/04/2023. Diante de todo o exposto, a presente contrarrazão é plenamente TEMPESTIVA, devendo ser acolhida e conhecida.

#### II – DAS INTIMAÇÕES:

Diante do Princípio da Publicidade requer que todos os atos do presente procedimento administrativo sejam encaminhados via e-mail à [juridico@imexmedicalgroup.com.br](mailto:juridico@imexmedicalgroup.com.br) e [licitacao@imexmedicalgroup.com.br](mailto:licitacao@imexmedicalgroup.com.br) e/ou Carta Registrada ao endereço: Rua das Embaúbas, 601, Fazenda Santo Antônio, São José/SC - CEP 88.104-561, sob pena de nulidade de todos os atos processuais.

#### III – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A CONTRARRAZOANTE registra de pronto que confia na lisura, imparcialidade, isonomia e razoabilidade a ser praticada no julgamento pelos Senhores(as) Pregoeiros(as) e Nobre Comissão deste certame, evitando assim a apreciação do mérito pelo Poder Judiciário.

Será demonstrado através deste recurso nosso Direito Líquido e Certo de sermos habilitados, pois cumprimos com todas as exigências do presente certame.

#### IV – DOS FATOS

A CONTRARRAZOANTE participou e foi vencedora, do Item 4, no Pregão Eletrônico Nº 41/2023, cujo objeto do certame é aquisição de equipamentos médicos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP. (SIC)

No entanto, a concorrente CONTRARRAZOADA impetrou recurso contra a classificação da CONTRARRAZOANTE sob a alegação, em síntese, de que não atende o edital.

Tais razões não merecem prosperar uma vez que não condiz com a realidade, o que ficará cabalmente demonstrado a Vossa Senhoria.

#### V - DOS FUNDAMENTOS TÉCNICOS:

A CONTRARRAZOADA cita em suas razões recursais que não atendemos aos seguintes itens:

INICIALMENTE SE VERIFICA QUE O EDITAL SOLICITA “DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM O SOFTWARE TBS (TRABECULAR BONE SCORE), NÃO SERÁ CONSIDERADO RECURSO SIMILAR. DEVERÁ CONTER TODOS OS ACESSÓRIOS QUE PERMITAM O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO ITEM”. NÃO FOI EVIDENCIADO NOS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELA RECORRIDA QUE O EQUIPAMENTO ATENDA AO SOFTWARE TBS.

De pronto, refutam-se as alegações feitas pela CONTRARRAZOADA uma vez que não condizem com a realidade!

De início devemos lembrar a CONTRARRAZOADA que o edital do pregão 41/2023 sofreu alteração no descritivo, do item 4, exatamente em relação ao que citam, e nova redação ficou da seguinte forma:

“Deve possuir compatibilidade com o software TBS (Trabecular Bone Score), ou recurso similar.”

Conforme print abaixo, demonstrando a alteração no texto do descritivo:

Fantoma de Coluna QDR Antropomórfico ou Fantoma de calibração de coluna.  
Deve acompanhar Protocolos DICOM: Store, SR Tools e Worklist.  
Deve possuir compatibilidade com o software TBS (Trabecular Bone Score), ou recurso similar.  
Deverá conter todos os acessórios que permitam o perfeito funcionamento do item;

Informamos que o equipamento da CONTRARRAZOANTE possui o software 3D-DXA, que tem a função de análise do

trabeculado ósseo, assim como o TBS, portanto atendendo ao que solicita o edital, software similar.

Segue uma breve explicação sobre o 3D-DXA em comparação ao TBS:

Primeiramente, informamos que nossos dispositivos de Densitometria Óssea (Elipse Series e Elipse HD) não são compatíveis com o TBS, porém em vez dele, propomos o 3D-DXA. Eles são diferentes, mas ambos fornecem informações sobre o trabeculado ósseo.

O TBS e o 3D-DXA têm a mesma premissa: ambos são técnicas de imagem avançadas que revelam informações adicionais às fornecidas por um exame de densitometria, sem radiografias adicionais ou custo, pois ambos utilizam imagens já adquiridas. No entanto, existem 2 tipos de diferenças entre as duas ferramentas:

- TBS é uma análise de textura baseada em diferentes níveis de cinza, um índice correlacionado à microarquitetura óssea. Estudos clínicos têm amplamente confirmado o valor agregado do TBS para prever fraturas. TBS não é uma medida, mas um índice de textura.
- 3D-DXA permite ter uma representação 3D do fêmur do paciente, mas também medir diferentes parâmetros típicos da resistência óssea do paciente. Aqui, estamos falando sobre medidas e análises e parâmetros semelhantes aos obtidos com um QCT.

Então, em termos de uso, o TBS dará um valor agregado em nível de diagnóstico. É usado para triagem, em todo paciente e em 25 a 30% dos casos vai revelar uma anomalia ou fragilidade. Portanto, vai ajudar o médico a decidir se deve ou não tratar o paciente.

O 3D-DXA terá uma grande utilidade nos casos em que os pacientes são identificados como “em risco” porque permite ao médico não apenas quantificar, mas também provê informações visuais sobre a distribuição de densidade tanto no nível cortical quanto trabecular.

Como resultado, em termos de acompanhamento, com o 3D-DXA pode-se verificar se um paciente está respondendo positivamente ou não a um tratamento, e se essa resposta é no osso cortical ou trabecular.

Além disso, os diferentes estudos realizados (caso controle, discriminação de fratura, osteoporose corticoide induzida) demonstram uma sensibilidade mais importante no trabeculado ósseo, que poderia ser potencialmente um melhor preditor de fratura.

Hoje, apenas 3D-DXA permite segmentar a densidade cortical e trabecular.

Resumindo, se o TBS é bom para triagem, 3D-DXA é muito mais interessante para o acompanhamento e tratamento do paciente.

Por essa razão entendemos que não haverá nenhum comprometimento ao diagnóstico caso a IMEX seja declarada



vencedora nesse processo e o sistema de densitometria seja entregue com o software 3D-DXA.

Ademais foi realizada diligência a CONTRARRAZOANTE, questionando a cerca da similaridade entre o software 3D-DXA em relação ao TBS, o que foi respondido, inclusive com a apresentação de estudo, sendo aprovado pela contratante.

Diante do exposto, não há o que se falar em não cumprimento ao Edital, uma vez que conforme demonstrado a IMEX MEDICAL cumpre e atende a esse quesito do edital.

#### IV – DAS RAZÕES FINAIS:

Não merece prosperar, as alegações da CONTRARRAZOADA, e não há o que se falar em desclassificação por descumprimento do Edital, uma vez que a CONTRARRAZOANTE cumpriu exatamente e completamente todas as exigências editalícias, sem nenhuma exceção, não havendo justificativa plausível para que as alegações infundadas da CONTRARRAZOADA venham a prosperar.

A CONTRARRAZOANTE/IMEX MEDICAL apresentou a melhor proposta à Administração Pública com melhor custo x benefício. Um equipamento de alta tecnologia e qualidade pelo menor preço, além do fato, de estar em consonância com todos, repita-se, todas as especificações técnicas exigidas em edital.

Ressalta-se que o equipamento ofertado pela IMEX MEDICAL/CONTRARRAZOANTE, é de alta qualidade, e que possui imagens com alta precisão e de alta tecnologia, de forma que foi concebido para adquirir excelentes imagens.

Como se pode observar, de acordo com o descrito no Edital e com todas as informações de cumprimento integral dos requisitos técnicos, conforme demonstrado, o equipamento ofertado pela CONTRARRAZOANTE possui todas as funcionalidades solicitadas e, até mesmo funcionalidades superiores ao exigido.

Não há motivos técnicos e jurídicos suficientes para que se desclassifique a proposta da IMEX MEDICAL, uma vez que o equipamento ofertado supre exatamente todos os itens desejados por esta Comissão.

Assim sendo, diante de todas as contraprovas e informações aqui expostas, a presente contrarrazão apresentada pela IMEX MEDICAL, habilitada com melhor preço, ora denominada CONTRARRAZOANTE, deve ser PROVIDO para manter sua habilitação e, conseqüentemente o recurso interposto pela CONTRARRAZOADA, deve ser IMPROVIDO.

#### V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante CONTRARRAZOADA, GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

LTDA(“GEHC”), de maneira que a decisão questionada seja mantida, ou seja, e a IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA seja mantida como vencedora, e, conseqüentemente, proceda-se à adjudicação à esta CONTRARRAZOANTE.

Outrossim, lastreada as contrarrazões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação mantenha sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior.

Nesses termos, pede e aguarda deferimento.

São José/SC, 28 de abril de 2023

EDISON BIANCHI

IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA”

## **II – DA APRECIÇÃO**

Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa recorrente, foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência para solicitar e analisar documentos de quesito técnico inclusive a análise técnica da proposta.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Para isso, encontramos amparo no Acórdão 135/2005 Plenário: “É obrigatório que a Comissão Permanente de Licitação não delegue competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/1993, ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.”

Corroborado pelo Acórdão 1182/2004 Plenário: “Possibilite a participação de profissionais legalmente habilitados na Comissão de Licitação, sempre que a especificidade do objeto assim o justifique, em cumprimento do disposto no art. 51 da Lei 8.666/1993.”

Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos são de atribuição da equipe técnica.

Dito isto, segue parecer emitido pela equipe técnica:

“(grifo-GE HEALTHCARE)

1. A recorrida apresentou modelo de aparelho para densitometria óssea por raios x que não atende aos requisitos do termo de referência do edital, qual seja o modelo modelo elipse hd, conforme o quesito abaixo: 2. Inicialmente se verifica que o edital solicita

“deve possuir compatibilidade com o software tbs (trabecular bone score), não será considerado recurso similar.deverá conter todos os acessórios que permitam o perfeito funcionamento do item ”. Não foi evidenciado nos documentos encaminhados pela recorrida que o equipamento atenda ao software tbs.

Resposta: edital: deve possuir compatibilidade com o software tbs (trabecular bone score), ou recurso similar;

O recurso similar, oferecido pela empresa é o (3DXA) -Modelagem 3D do Fêmur (Cortical/Trabecular).

- Parecer técnico: O Equipamento ofertado está em acordo com as características editalícias, sendo assim, tornam-se improcedentes as solicitações da empresa GE HEALTHCARE.

Informo que foram discutidas/decididas as respostas aos recursos/contrarrazões na íntegra com os seguintes integrantes:

Edson Marcos Gonçalves (Gestor do contrato)

Narciso de Jesus Comissio (fiscal de contrato)

Ademir Vanin da Rocha (fiscal de contrato)”

**Pois bem!**

A empresa alega em seu recurso que,

“1. A recorrida apresentou modelo de aparelho para densitometria óssea por raios x que **não atende aos requisitos** do termo de referência do edital, qual seja o modelo modelo elipse hd, conforme o quesito abaixo:

2. Inicialmente se verifica que **o edital solicita “deve possuir compatibilidade com o software tbs (trabecular bone score), não será considerado recurso similar.” (grifo nosso)**

Em análise ao Anexo I do edital 041/2023, item 04, verificamos que no descritivo do aparelho de densitometria informa: “Deve possuir compatibilidade com o software TBS (Trabecular Bone Score), **ou recurso similar.” (grifo nosso)** diferentemente do texto informado pela recorrente.

E ainda,

“A recorrida não tem referências médicas de que é um software compatível, tampouco não tem o suporte clínico necessários para os diagnósticos.”

Quanto a compatibilidade, o produto ofertado tem recurso similar ao software TBS e não compatível e, não foi exigido em edital que houvesse atestados com referências médicas e suporte clínico.

Considerando a alegação da recorrente, as contrarrazões apresentadas e o entendimento e parecer da equipe técnica e a análise dos autos, conclui-se que a empresa Imex Medical Comercio e Locação Ltda encontra-se classificada para o item 04.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente recurso, por ser tempestivo, negando-lhe provimento.

Atenciosamente,

**Andressa Folchini**

Pregoeira



**Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP**

Cascavel, 07 de maio de 2023.

**Referência:** Processo nº 001518/2022

Pregão Eletrônico 0088/2023 – UNIOESTE/HUOP

**Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando à aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.**

**Ementa:** Análise de pedido de recurso em face da classificação da empresa Imex Medical Comercio e Locação Ltda.

### I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de recurso enviado pela empresa **Brazil 3 Business Participações Ltda.**, CNPJ. nº 10.515.403/0001-27, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando à aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.

A empresa:

“ À ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA ANDRESSA FOLCHINI DA CASA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTEDO PARANA - HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTEPREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023A BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.515.403/0001-27, Inscrição Estadual nº 206.444.055.113, com sede na Av. Piraiba, 296 – Sl 04 – Centro Comercial Jubran, Barueri – SP – CEP: 06.460-121, telefone: 11 – 3078-2522, endereço eletrônico de e-mailbruno.oliveira@bluehealth.com.br, doravante denominada B3B ou simplesmente “Recorrente”, irresignada com o ato que resultou na classificação da proposta da ora Recorrida, vem mui respeitosamente perante V. Sa., por intermédio de seu representante, infra-assinado, com fundamento no art. 5º, LV, da Constituição Federal c/c art.109 da Lei nº 8.666/1993 e item 13 do Edital, apresentar MEMORIAIS DE RECURSO Por entender indevida a aceitação da proposta da empresa IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA, já qualificada, doravante denominada IMEX ou simplesmente “Recorrida” vez que deixou de atender ao descritivo exigido no Termo de Referência, sendo imperiosa sua desclassificação consoante se demonstrará nas linhas que seguem.

I – DA TEMPESTIVIDADE Estabelece o Edital que após a declaração do vencedor no certame, caso algum licitante entenda que houve alguma irregularidade que eivou a declaração, terá a oportunidade de recorrer do ato, devendo fazê-lo no prazo de até 03(três) dias, contados do deferimento do Pregoeiro no sistema:“13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas imediata dos autos” Desta forma, tal como consta no sistema o prazo findo encontrar-se-á esgotado no dia 25/04/2023 o que comprova que a medida encontra-se absolutamente tempestiva, devendo ser recebida, conhecida e apreciada em todos os termos, para ao fim ser decidido por esta Douta Comissão.

II – DA SÍNTESE DOS FATOS O Edital em comento objetiva a seleção de propostas visando o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando a aquisição de equipamentos médicos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constante no Anexo I, e nos termos deste edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Aberta a sessão e finda a etapa de lances, a empresa IMP EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA ofertou a menor proposta, no valor de R\$ 258.256,00 (duzentos e cinquenta e oito

mil duzentos e cinquenta e seis reais), e após análise da proposta e catálogo, a equipe técnica declarou desclassificada uma vez que o produto ofertado “não atende o descritivo do edital no quesito “Tempo de Exposição corpo inteiro de no máximo 360 seg”, conforme manual -ANVISA, PRIMUS- pag. 23, o tempo de exposição do corpo total (aprox. 6 m 50 s).”Passou-se à análise da empresa subsequente na ordem de classificação: IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCACAOLTDA, com o valor de lance de R\$ 260.865,00 (duzentos e sessenta mil oitocentos e sessenta e cinco reais), e após análise da proposta e catálogo e dos documentos de habilitação, restou declarada aceita e habilitada no certame. Ocorre que a proposta aceita pela equipe do pregoeiro não atendeu a totalidade das características técnicas exigidas no Edital uma vez que o Termo de Referência solicita: a) Equipamento de densitometria óssea por Raios-X com no mínimo 16 detectores físicos (não será considerado duplicação virtual) e tecnologia para aquisição de imagens em única passagem sem sobreposição ou sub-amostragem de dados, FAN-BEAM real ou similar .A proposta ofertada pela IMEX descreve:1. Detector:• Tecnologia 2D-FAN BEAM.• Detector: Multi array de 256 elementos (matriz 4 x 64)• Tipo de Detecção: Detecção Direta• Material do Detector: CdTe de estado sólido (Telureto de cádmio 1 mm)• Precisão BMD inferior a 1%Este tipo de tecnologia, não é multidetectores real de 256 elementos. É formação com 04 placas de 64 elementos, para somar número de 256. Solicitamos a verificar atestado de conformidade deste equipamento por usuário, no intuito de comprovar a eficiência de aquisição das imagens, e melhor resolução espacial. Em outra parte:4. Scanner:• MÉTODO DE SCAN: VARREDURA RETILÍNEAA aquisição de imagens em passagem única – também conhecida como linear – ocorre quando o equipamento faz escaneamento de forma linear, obtendo as imagens em uma única passagem pela região. Por sua vez, o equipamento ofertado na proposta da IMEX descreve varredura retilínea, que trabalha com váriaspassagens pela região diagnosticada, o que certamente IRÁ CAUSAR SOBREPOSIÇÃO DAS ESTRUTURAS NOESCANAMENTO E, CONSEQUENTEMENTE OCASIONAR A SUB AMOSTRAGEM DE DADOS RECHAÇADA CLARAMENTENO EDITAL.É importante ressaltar que estas mesmas falhas ocasionaram a desclassificação da empresa no processo do Hospital de Área de São Paulo (UASG 160495 – Pregão 33/2022), pois trata-se de falha substancial que compromete a acurácia dos exames no Hospital. Não bastasse as falhas apontadas, a proposta da IMEX também desatende ao solicitado no edital: DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM O SOFTWARE TBS (TRABECULAR BONE SCORE), OU RECURSO SIMILAR. Em momento algum a proposta relata compatibilidade com o software TBS, tampouco o manual do usuário registrado na ANVISA também possui qualquer menção à tecnologia. De bom tom ressaltar ainda que qualquer alteração que não possua registro ou protocolo aprovado pela ANVISA deve ser rechaçado, consoante determina a Resolução da Diretoria

Colegiada - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001 que aprovou o Regulamento Técnico que consta no anexo desta Resolução, tratando do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, vejamos: “Art. 3º [...] Parágrafo único. A alteração, revalidação ou cancelamento do cadastro de produto referido neste artigo, deve adotar os mesmos procedimentos previstos nos itens 9, 10, 11 e 13 da Parte 3 do Regulamento anexo a esta Resolução, estando sujeito às disposições das Partes 4 e 5 deste Regulamento.” “9. Para solicitar a alteração do registro de produto médico, o fabricante ou importador deve apresentar no mínimo o documento requerido no item 5(a), Anexo III.A preenchido e demais documentos exigidos para o registro original do produto, cuja informação foi modificada. “ “10. Para solicitar a revalidação do registro de produto médico, o fabricante ou importador deve apresentar o documento requerido no item 5(a), assim como o Anexo III.A preenchido. Esta informação deverá ser apresentada dentro do prazo previsto pela legislação sanitária, o que não interromperá a comercialização do produto até o vencimento de seu registro.” “11. O fabricante ou importador detentor do registro de produto médico, pode solicitar o cancelamento do registro mediante a apresentação do Anexo III.A preenchido.” “13. O registro de produtos de saúde terá validade por 5 (cinco) anos, podendo ser revalidado sucessivamente por igual período.” Ademais, a conjunção de todas as especificações constantes nas Instruções de Uso protocoladas no Portal da ANVISA demonstram descumprimento de dois requisitos técnicos exigidos no instrumento convocatório, o que deverá acarretar a desclassificação de sua proposta, consoante preconiza o subitem 8.11.1 do edital. Destarte, a B3B, ora Recorrente, foi diretamente prejudicada pela classificação indevida da proposta da IMEX, por ato que contraria ao edital e, conseqüentemente, viola princípios basilares dos procedimentos licitatórios – em especial o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da estrita legalidade. Essas violações implicam em NULIDADE de todos os atos subsequentes à classificação da Recorrida, tendo em vista que o equipamento ofertado pela Recorrida descumpra as especificações mínimas estabelecidas no instrumento convocatório, tornando-se inarredável a reforma ora pleiteada.

**III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS** Os atos administrativos são pautados pela legalidade, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal. A legalidade, quando se refere à Administração Pública, nada mais é do que a estrita legalidade, na qual o servidor público somente pode fazer ou omitir-se de fazer algo se autorizado expressamente por Lei. O princípio da legalidade representa uma garantia para os administrados, visto que qualquer ato administrativo somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. A estrita legalidade reside no fato de, enquanto a pessoa civil somente é proibida de fazer o que a lei lhe veta a Administração Pública está proibida de fazer aquilo que a lei não prevê, além daquilo que expressamente lhe proíbe. Desta

forma, representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção do administrado em relação ao abuso de poder.



Os atos administrativos são pautados pela legalidade, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal. A legalidade, quando se refere à Administração Pública, nada mais é do que a estrita legalidade, na qual o servidor público somente pode fazer ou omitir-se de fazer algo se autorizado expressamente por Lei. O princípio da legalidade representa uma garantia para os administrados, visto que qualquer ato administrativo somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. A estrita legalidade reside no fato de, enquanto a pessoa civil somente é proibida de fazer o que a lei lhe veta a Administração Pública está proibida de fazer aquilo que a lei não prevê, além daquilo que expressamente lhe proíbe. Desta forma, representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção do administrado em relação ao abuso de poder. Segundo este princípio, a Administração Pública deve ater-se ao que determina a legislação, seguindo estritamente todos os ditames determinados nas normas e demais princípios, sob pena de incorrer em ilegalidade do ato. Nas palavras do jurista Bruno Silva, o princípio “é o principal conceito para a configuração do regime jurídico-administrativo, pois segundo ele, a administração pública só poderá ser exercida quando estiver em conformidade com a lei. Segundo o princípio em análise, todo ato que não possuir embasamento legal, é ilícito.” (SILVA, Bruno Tulim. Noções de Direito Administrativo. NOVA, 2015, pg. 1) Citando as sábias palavras de Hely Lopes Meirelles: “A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeitos aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”. No princípio da legalidade a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina, trata-se de uma relação de subordinação para com a lei. Pois se assim não o fosse, as autoridades administrativas poderiam impor obrigações e proibições aos administrados, independente de lei. Daí decorre que nessa relação só pode fazer aquilo que está expresso na lei. Como é cediço, o art. 41 da Lei nº 8.666/1993 estabelece o princípio da vinculação ao instrumento convocatório conforme descrito em seguida e a Administração Pública há que se ater às disposições editalícias, sendo-lhe vedado o fator surpresa. “Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” O Tribunal de Contas da União conceitua o princípio da vinculação ao instrumento convocatório nas seguintes palavras: “Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação” Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 29. Neste sentido é a lição de JOSÉ DOS SANTOS

CARVALHO FILHO: “A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela. Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246). Afina no mesmo diapasão o ilustre jurista JESSÉ TORRES PEREIRA JR.: “A vinculação da Administração às normas e condições do edital (vale também para a carta – convite), que a lei qualifica de estrita, acarreta pelo menos cinco consequências importantes: (a) a discricionariedade da Administração para estabelecer o conteúdo do edital transmuta-se em vinculação uma vez este publicado, passando a obrigar tanto o administrador quanto os competidores; b) o descumprimento de disposição editalícia, pela Administração, equivale à violação do direito subjetivo dos licitantes de se submeterem ao certame segundo regras claras, previamente fixadas, estáveis e iguais para todos os interessados; (c) para que o edital vincule legitimamente a Administração e os licitantes, necessários é que todas as suas cláusulas e condições conformem-se aos princípios regentes da matéria e à lei, seguindo-se que o edital não é peça intangível, ao inteiro alvedrio da Administração; (d) observância estrita não é sinônimo de apego cego à literalidade de palavras isoladas, impondo-se no caso de dúvida razoável, a busca interpretação que assegure a prevalência do interesse público, de acordo com o sistema de princípios e normas que o moldam; (e) tampouco é conveniente “para o bom êxito de certame licitatório a inclusão de exigências que se prestam apenas a dificultar a participação dos concorrentes. Os requisitos que verdadeiramente importam devem ser aqueles referentes ao específicos objeto do contrato e não à forma como os documentos devem ser apresentados. A burocracia e a formalidade excessivas podem afastar excelentes candidatos, em prejuízo final da própria Administração” (STJ, MS nº 5.596- DF, Rel. Min. Américo Luz. DJU de 04.02.98, pág. 03, in Comentários à Lei de Licitações e contratações da administração pública, ed. Renovar, pag. 436/437). O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão

assim ementada: EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. A inobservância da lei, por parte da administração pública, gera atos nulos ou passíveis de nulidades, devendo ser rechaçada toda e qualquer ação que resulte em desobediência a lei ou preceito administrativo. Dito isto, vez que o Edital exigiu algumas características como requisito mínimo que o equipamento ofertado deveria conter/especificar, qualquer desatendimento à estas exigências caracterizam inaptidão da proposta devendo ser desclassificada. O licitante precisa estar atento às exigências do instrumento convocatório e seguir à risca tudo o que ali estiver determinado, dentro dos parâmetros da legalidade. A Lei de Licitações, em seu art. 48 estabelece como regra que o descumprimento do edital, por parte da licitante, acarretará sua desclassificação, vejamos: “Art. 48. Serão desclassificadas: I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;” Na mesma toada o subitem 8.11.1 do Edital, determina com clareza os critérios de julgamento das propostas, contendo as hipóteses em que caracterizarão a desclassificação das proponentes no certame, dentre as quais destaca-se: “8.11 - SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE: 8.11.1 - Não atender aos requisitos deste Edital;” Isto posto, considerando a falta de comprovação de requisitos mínimos no manual de instrução de uso e da proposta, não resta alternativa à ilustre Pregoeira que, lastreado pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório e pela segurança jurídica que reveste o ato, deverá reformar sua decisão para preservar a legalidade do processo licitatório passando a desclassificar a proposta da IMEX, eis que deixou de comprovar total atendimento ao instrumento convocatório. Reitera-se que o descumprimento de requisitos técnicos é grave, pois, quando um descritivo técnico é elaborado para contemplar um edital em um processo licitatório, as informações são especificadas em um contexto ideal ao setor de mamografia em que o equipamento a ser adquirido será instalado. Quadra trazer a lume que, a partir do momento em que a Administração Pública toma conhecimento da

ausência de requisitos obrigatórios de classificação de uma proposta, tal como ocorre no quadro em tela, nasce o poder-dever de adotar as providências cabíveis, sob pena de incorrer em NULIDADE do certame por descumprimento do edital e das normas licitatórias. Nesse diapasão, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, vinculando não só a Administração, como também os administrados. É o que determina os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/93. Nos ensinamentos de Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório “é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da Administração Pública quanto dos licitantes”. Portanto, ao restar comprovado o descumprimento de especificações mínimas exigidas para o objeto do certame, requer a IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da Recorrida e a consequente publicação de nova grade ordenatória das propostas classificadas e desclassificadas, conforme determina o subitem 8.11.1 do Edital. IV – DOS PEDIDOS: Ex positis, com supedâneo na CF/ 88 e na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, requer se digne Vossa Senhoria a Receber o presente recurso com efeito suspensivo, eis que se encontra revestido de tempestividade, para REFORMAR as decisões que declararam vencedora a licitante IMEXMEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA com a consequente DESCLASSIFICAÇÃO de sua proposta, conforme determina o Edital no subitem 8.11.1, bem como o art. 48 da Lei nº 8.666/1993, passando à análise da proposta da proposta subsequente; Caso não seja esse o entendimento, requer seja o presente recurso em conjunto com todo o processo encaminhado à autoridade superior para apreciação e julgamento fundamentado, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993. Nestes Termos pede e espera deferimento.

BRUNO DE OLIVEIRA ADVOGADO DE LICITAÇÕES OAB/SP  
437.821”

Informo que a empresa Imex Medical Comércio e Locação Ltda apresentou contrarrazões, conforme segue:

**“A ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA ANDRESSA FOLCHINI E COMISSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023**

**PROCESSO Nº 001518/2022**

**OBJETO:** 2.1 - A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando a aquisição de equipamentos médicos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constante no Anexo I, e nos termos deste edital e seus anexos, e

para fornecimento de acordo com as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

A **IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.255.403/0001-60, representada neste ato pelo seu representante legal, a seguir denominada simplesmente de **CONTRARRAZOANTE**, vem através desta, tempestivamente, na forma da legislação vigente, ofertar:

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Apresentado pela empresa **BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPAÇÕES LTDA**, já qualificada no presente certame, a seguir denominada apenas de **CONTRARRAZOADA**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE:**

Conforme determina o item 13.1 do Edital e artigo 4º XVIII da Lei nº 10.520/2002, o prazo para apresentar contrarrazões ao recurso é de 03 (três) dias úteis, o qual terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do **CONTRARRAZOANTE**.

O prazo de razões da **CONTRARRAZOANTE** iniciou-se em 26/04/2023, de modo que o término do prazo se dará em 28/04/2023. Diante de todo o exposto, a presente contrarrazão é plenamente **TEMPESTIVA**, devendo ser acolhida e conhecida.

#### **II – DAS INTIMAÇÕES:**

Diante do Princípio da Publicidade requer que todos os atos do presente procedimento administrativo sejam encaminhados via e-mail à [juridico@imexmedicalgroup.com.br](mailto:juridico@imexmedicalgroup.com.br) e [licitacao@imexmedicalgroup.com.br](mailto:licitacao@imexmedicalgroup.com.br) e/ou Carta Registrada ao endereço: Rua das Embaúbas, 601, Fazenda Santo Antônio, São José/SC - CEP 88.104-561, sob pena de nulidade de todos os atos processuais.

#### **III – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

A **CONTRARRAZOANTE** registra de pronto que confia na lisura, imparcialidade, isonomia e razoabilidade a ser praticada no julgamento pelos Senhores(as) Pregoeiros(as) e Nobre Comissão deste certame, evitando assim a apreciação do mérito pelo Poder Judiciário.

Será demonstrado através deste recurso nosso **Direito Líquido e Certo** de sermos habilitados, pois cumprimos com todas as exigências do presente certame.

#### **IV – DOS FATOS**

A **CONTRARRAZOANTE** participou e foi vencedora, do Item 4, no Pregão Eletrônico Nº 41/2023, cujo objeto do certame é aquisição de equipamentos médicos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP. (SIC)

No entanto, a concorrente **CONTRARRAZOADA** impetrou recurso contra a classificação da **CONTRARRAZOANTE** sob a alegação, em síntese, de que não atende o edital.

Tais razões não merecem prosperar uma vez que não condiz com a realidade, o que ficará cabalmente demonstrado a Vossa Senhoria.

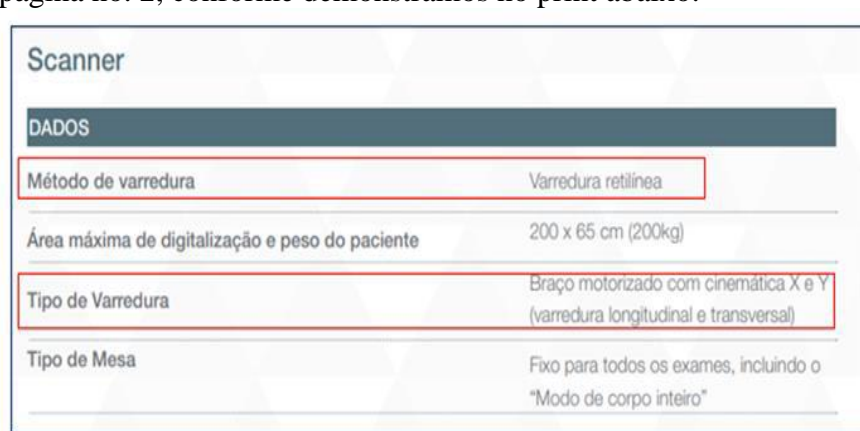
#### **V - DOS FUNDAMENTOS TÉCNICOS:**

A CONTRARRAZOADA cita em suas razões recursais que não atendemos aos seguintes itens:

Item 01 - MÉTODO DE SCAN: VARREDURA RETILÍNEA A aquisição de imagens em passagem única

O edital solicita: “Tecnologia para aquisição de imagens em única passagem sem sobreposição ou sub-amostragem de dados”

A CONTRARRAZOANTE informa que o equipamento de densitometria Óssea, modelo Elipse HD, ofertado no pregão eletrônico 41/2023, atende plenamente ao solicitado no edital, pois ele possui um sistema de Detecção Direta e sistema de varredura retilínea e obtém imagens em única passagem e sem sobreposição, pois a aquisição dos dados nos sentidos longitudinal e transversal é realizada em uma única passagem e não há sobreposição dos dados. Esta informação está descrita no Product Data do equipamento, na página no. 2, conforme demonstramos no print abaixo:



Scanner	
DADOS	
Método de varredura	Varredura retilínea
Área máxima de digitalização e peso do paciente	200 x 65 cm (200kg)
Tipo de Varredura	Braço motorizado com cinemática X e Y (varredura longitudinal e transversal)
Tipo de Mesa	Fixo para todos os exames, incluindo o "Modo de corpo inteiro"

Item 02 - Não bastasse as falhas apontadas, a proposta da IMEX também desatende ao solicitado no edital: DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM O SOFTWARE TBS (TRABECULAR BONE SCORE), OU RECURSO SIMILAR

O edital solicita: “Deve possuir compatibilidade com o software TBS (Trabecular Bone Score), não será considerado recurso similar.”

De pronto, refutam-se as alegações feitas pela CONTRARRAZOADA uma vez que não condizem com a realidade!

Informamos que o equipamento da CONTRARRAZOANTE possui o software 3D-DXA, que tem a função de análise do trabeculado ósseo, assim como o TBS, portanto atendendo ao que solicita o edital, software similar.

Segue uma breve explicação sobre o 3D-DXA em comparação ao TBS:

Primeiramente, informamos que nossos dispositivos de Densitometria Óssea (Elipse Series e Elipse HD) não são compatíveis com o TBS, porém em vez dele, propomos o 3D-DXA. Eles são diferentes, mas ambos fornecem informações sobre o trabeculado ósseo.

O TBS e o 3D-DXA têm a mesma premissa: ambos são técnicas de imagem avançadas que revelam informações adicionais às fornecidas por um exame de densitometria, sem radiografias

adicionais ou custo, pois ambos utilizam imagens já adquiridas. No entanto, existem 2 tipos de diferenças entre as duas ferramentas:

- TBS é uma análise de textura baseada em diferentes níveis de cinza, um índice correlacionado à microarquitetura óssea. Estudos clínicos têm amplamente confirmado o valor agregado do TBS para prever fraturas. TBS não é uma medida, mas um índice de textura.
- 3D-DXA permite ter uma representação 3D do fêmur do paciente, mas também medir diferentes parâmetros típicos da resistência óssea do paciente. Aqui, estamos falando sobre medidas e análises e parâmetros semelhantes aos obtidos com um QCT.

Então, em termos de uso, o TBS dará um valor agregado em nível de diagnóstico. É usado para triagem, em todo paciente e em 25 a 30% dos casos vai revelar uma anomalia ou fragilidade. Portanto, vai ajudar o médico a decidir se deve ou não tratar o paciente.

O 3D-DXA terá uma grande utilidade nos casos em que os pacientes são identificados como “em risco” porque permite ao médico não apenas quantificar, mas também provê informações visuais sobre a distribuição de densidade tanto no nível cortical quanto trabecular.

Como resultado, em termos de acompanhamento, com o 3D-DXA pode-se verificar se um paciente está respondendo positivamente ou não a um tratamento, e se essa resposta é no osso cortical ou trabecular.

Além disso, os diferentes estudos realizados (caso controle, discriminação de fratura, osteoporose corticoide induzida) demonstram uma sensibilidade mais importante no trabeculado ósseo, que poderia ser potencialmente um melhor preditor de fratura.

Hoje, apenas 3D-DXA permite segmentar a densidade cortical e trabecular. Resumindo, se o TBS é bom para triagem, 3D-DXA é muito mais interessante para o acompanhamento e tratamento do paciente.

Por essa razão entendemos que não haverá nenhum comprometimento ao diagnóstico caso a IMEX seja declarada vencedora nesse processo e o sistema de densitometria seja entregue com o software 3D-DXA.

Ademais foi realizada diligência a CONTRARRAZOANTE, questionando a cerca da similaridade entre o software 3D-DXA em relação ao TBS, o que foi respondido, inclusive com a apresentação de estudo, sendo aprovado pela contratante.

Diante do exposto, não há o que se falar em não cumprimento ao Edital, uma vez que conforme demonstrado a IMEX MEDICAL cumpre e atende a esse quesito do edital.

#### **IV – DAS RAZÕES FINAIS:**

Não merece prosperar, as alegações da CONTRARRAZOADA, e não há o que se falar em desclassificação por descumprimento do Edital, uma vez que a CONTRARRAZOANTE cumpriu exatamente e completamente todas as exigências editalícias, sem nenhuma exceção, não havendo justificativa plausível para que as alegações infundadas da CONTRARRAZOADA venham a prosperar.

A CONTRARRAZOANTE/IMEX MEDICAL apresentou a melhor proposta à Administração Pública com melhor custo x benefício. Um equipamento de alta tecnologia e qualidade pelo menor preço, além do fato, de estar em consonância com todos, repita-se, todas as especificações técnicas exigidas em edital.

Ressalta-se que o equipamento ofertado pela IMEX MEDICAL/CONTRARRAZOANTE, é de alta qualidade, e que possui imagens com alta precisão e de alta tecnologia, de forma que foi concebido para adquirir excelentes imagens.

Como se pode observar, de acordo com o descrito no Edital e com todas as informações de cumprimento integral dos requisitos técnicos, conforme demonstrado, o equipamento ofertado pela CONTRARRAZOANTE possui todas as funcionalidades solicitadas e, até mesmo funcionalidades superiores ao exigido.

Não há motivos técnicos e jurídicos suficientes para que se desclassifique a proposta da IMEX MEDICAL, uma vez que o equipamento ofertado supre exatamente todos os itens desejados por esta Comissão.

Assim sendo, diante de todas as contraprovas e informações aqui expostas, a presente contrarrazão apresentada pela IMEX MEDICAL, habilitada com melhor preço, ora denominada CONTRARRAZOANTE, deve ser **PROVIDO** para manter sua habilitação e, conseqüentemente o recurso interposto pela CONTRARRAZOADA, deve ser IMPROVIDO.

#### **V – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante CONTRARRAZOADA, **BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPAÇÕES LTDA**, de maneira que a decisão questionada seja mantida, ou seja, e a **IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA** seja mantida como vencedora, e, conseqüentemente, proceda-se à adjudicação à esta CONTRARRAZOANTE. Outrossim, lastreada as contrarrazões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação mantenha sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior.

Nesses termos, pede e aguarda deferimento.

São José/SC, 28 de abril de 2023

EDISON BIANCHI

IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA”

#### **II – DA APRECIÇÃO**

Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa recorrente, foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência para solicitar e analisar documentos de quesito técnico inclusive a análise técnica da proposta.



Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Para isso, encontramos amparo no Acórdão 135/2005 Plenário: “É obrigatório que a Comissão Permanente de Licitação não delegue competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/1993, ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.”

Corroborado pelo Acórdão 1182/2004 Plenário: “Possibilite a participação de profissionais legalmente habilitados na Comissão de Licitação, sempre que a especificidade do objeto assim o justifique, em cumprimento do disposto no art. 51 da Lei 8.666/1993.”

Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos são de atribuição da equipe técnica.


Dito isto, segue parecer emitido pela equipe técnica:

**“BRAZIL 3 BUSINESS, questiona IMEX:**

**(grifo-BRAZIL 3 BUSINESS) –**

O Edital em comento objetiva a seleção de propostas visando o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando a aquisição de equipamentos médicos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constante no Anexo I, e nos termos deste edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Aberta a sessão e finda a etapa de lances, a empresa IMP EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA ofertou a menor proposta, no valor de R\$ 258.256,00 (duzentos e cinquenta e oito mil duzentos e cinquenta e seis reais), e após análise da proposta e catálogo, a equipe técnica declarou desclassificada uma vez que o produto ofertado “não atende o descritivo do edital no quesito “Tempo de Exposição corpo inteiro de no máximo 360 seg”, conforme manual -ANVISA, PRIMUS- pag. 23, o tempo de exposição do corpo total (aprox. 6 m 50 s).”

**Resposta: Conforme print abaixo, o doc. Técnico (Elipse HD\_Product Data.pdf) na página 7; atende ao edital.**

Análise de tendências	Gráficos de acompanhamento do paciente, fotos do paciente e evolução dos parâmetros
Software multilíngue	Português, chinês simplificado, tcheco, alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, polonês, russo, mandarim de taiwan, turco, norueguês, húngaro, vietnamita (outros idiomas podem ser traduzidos).
Interface de usuário personalizável	Cores, tendências, resultados, impressão, etc.
Menu Ajuda	Disponível
Software de telemanutenção e detecção de falhas	Conexão de rede necessária
3D-DXA	Modelagem 3D do Fêmur (Cortical/Trabecular) - OPÇÃO 

**“Tempo de Exposição corpo inteiro 4-6 min;”**

**(grifo-BRAZIL 3 BUSINESS) –**

1. Detector:

- Tecnologia 2D-FAN BEAM.
  - Detector: Multi array de 256 elementos (matriz 4 x 64)
  - Tipo de Detecção: Detecção Direta
  - Material do Detector: CdTe de estado sólido (Telureto de cádmio 1 mm)
  - Precisão BMD inferior a 1%
- Este tipo de tecnologia, não é multidetecção real de 256 elementos. É formação com 04 placas de 64 elementos, para somar número de 256. Solicitamos a verificar atestado de conformidade deste equipamento por usuário, no intuito de comprovar a eficiência de aquisição das imagens, e melhor resolução espacial.

**Resposta: Edital solicita:** com no mínimo 16 detectores físicos; o equipamento ofertado possui 256 detectores, entretanto atende ao solicitado em edital.

**(grifo-BRAZIL 3 BUSINESS) –**

4. Scanner:

- MÉTODO DE SCAN: VARREDURA RETILÍNEA

A aquisição de imagens em passagem única – também conhecida como linear – ocorre quando o equipamento faz o escaneamento de forma linear, obtendo as imagens em uma única passagem pela região.

Por sua vez, o equipamento ofertado na proposta da IMEX descreve varredura retilínea, que trabalha com várias passagens pela região diagnosticada, o que certamente IRÁ CAUSAR SOBREPOSIÇÃO DAS ESTRUTURAS NO ESCANEAMENTO E, CONSEQUENTEMENTE OCASIONAR A SUB AMOSTRAGEM DE DADOS RECHAÇADA CLARAMENTE NO EDITAL.

É importante ressaltar que estas mesmas falhas ocasionaram a desclassificação da empresa no processo do Hospital de Área de São Paulo (UASG 160495 – Pregão 33/2022), pois trata-se de falha substancial que compromete a acurácia dos exames no Hospital.

“VARREDURA RETILÍNEA A aquisição de imagens em passagem única”

**Resposta:** Edital solicita: “Tecnologia para aquisição de imagens em única passagem sem sobreposição ou sub-amostragem de dados”

“VARREDURA RETILÍNEA A aquisição de imagens em passagem única” (conforme doc. técnico: Elipse HD\_Product Data.pdf- pag. 02- (print abaixo); atende ao edital.

Scanner	
DADOS	
Método de varredura	Varredura retilínea
Área máxima de digitalização e peso do paciente	200 x 65 cm (200kg)
Tipo de Varredura	Braço motorizado com cinemática X e Y varredura longitudinal e transversal
Tipo de Mesa	Fixo para todos os exames, incluindo o "Modo de corpo inteiro"


(grifo-BRAZIL 3 BUSINESS)

DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM O SOFTWARE TBS (TRABECULAR BONE SCORE), OU RECURSO SIMILAR.

**Resposta:** edital: DEVE POSSUIR COMPATIBILIDADE COM O SOFTWARE TBS (TRABECULAR BONE SCORE), OU RECURSO SIMILAR;

O recurso similar, oferecido pela empresa é o (3DXA) -Modelagem 3D do Fêmur (Cortical/Trabecular). (conforme doc. técnico: Elipse HD\_Product Data.pdf- pag. 06 (print abaixo); atende ao edital.

**Print abaixo:**

Análise de tendências	Gráficos de acompanhamento do paciente, fotos do paciente e evolução dos parâmetros
Software multilíngue	Português, chinês simplificado, tcheco, alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, polonês, russo, mandarim de taiwan, turco, norueguês, húngaro, vietnamita (outros idiomas podem ser traduzidos).
Interface de usuário personalizável	Cores, tendências, resultados, impressão, etc.
Menu Ajuda	Disponível
Software de telemanutenção e detecção de falhas	Conexão de rede necessária
3D-DXA	Modelagem 3D do Fêmur (Cortical/Trabecular) - OPÇÃO 

**- Parecer técnico: O Equipamento ofertado está em acordo com as características editalícias, sendo assim, tornam-se improcedentes as solicitações da empresa BRAZIL 3 BUSINESS.**

**Informo que foram discutidas/decididas as respostas aos recursos/contrarrazões na íntegra com os seguintes integrantes:**

Edson Marcos Gonçalves (Gestor do contrato)  
Narciso de Jesus Comissio (fiscal de contrato)  
Ademir Vanin da Rocha (fiscal de contrato)”

**Pois bem!**

Considerando a alegação da recorrente que o produto não atende ao solicitado em edital com relação a “eficiência na aquisição das imagens”; tipo de varredura e sobre a compatibilidade com o software tbs, as contrarrazões apresentadas e o entendimento e parecer da equipe técnica, conclui-se que a empresa Imex Medical Comercio e Locação Ltda encontra-se classificada para o item 04.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, recebo a presente recurso, por ser tempestivo, negando-lhe provimento.

Atenciosamente,

**Andressa Folchini**

Pregoeira